



O consumo e o crescimento econômico

Alexandre Santos

Comentário sobre a importância do consumo e do mercado interno para o crescimento econômico.

Acreditando piamente na infalibilidade da Lei de Say, a maioria dos Planos Econômicos ortodoxos cuidam da ponta da produção, esquecendo da ponta do consumo e, conseqüentemente, impedindo o fechamento do circuito, o que explica a débacle da maioria

Numa demonstração de elitismo do modelo, genericamente o termo “agente econômico” vem sendo usado para designar apenas as chamadas *classes produtoras*, os agentes da *usura* e os *grandes comerciantes*. Os enfatuados “comentaristas econômicos” que modulam a opinião pública, só consideram os ricos como “agentes econômicos” e, por isso, nunca consideram os micro empresários - camelôs, por exemplo - e os consumidores na sua seleta lista. É como se não existissem. A exclusão dos micro-empresários é fruto do ridículo preconceito elitista que os ricos costumam nutrir pelos demais que faz, por exemplo, os banqueiros olharem para os agiotas com certo desdém. A exclusão dos consumidores, no entanto, é um reflexo da estranha *Lei de Say* que, ao ensinar que a produção faz seu próprio consumo, desqualifica-os como merecedores de atenção especial.

Com efeito, acreditando piamente na infalibilidade da Lei de Say, a maioria dos Planos Econômicos ortodoxos cuidam da *ponta* da produção, esquecendo da *ponta* do consumo e, conseqüentemente, impedindo o fechamento do circuito, o que explica a débacle da maioria. Na realidade, o *sayismo* do planos econômicos liberalistas revela uma das inúmeras contradições do Liberalismo pois, ao desvalorizar o consumidor como agente econômico, centram seus modelos em técnicas intervencionistas que aplicam recursos vultosos em *Investimentos Estruturadores*.

Na sua “perdição doutrinária”, os teóricos liberais rejeitam as técnicas de Crescimento Econômico baseadas no estímulo do consumo sob a alegação de que “estimulam a inflação da demanda”. Essa, talvez, seja a razão dos *programas de garantia de renda mínima* não prosperarem no Brasil. Os plutocratas que conduzem a política econômica brasileira têm uma visão perversa do *affair econômico*, imaginando-o apenas como uma forma de aumentar ainda mais a riqueza dos que já são ricos. Não passa pela cabeça desses malvados que a economia precisa ter uma função ética, preocupando-se basicamente com a solução dos problemas de consumo de todos. No curso dos modelos liberais de Crescimento Econômico há uma tendência a concentração da renda. Por conta desse fenômeno, qualquer que seja o setor da economia ou ramo empresarial, os “menores” perdem terreno para os “maiores”. Assim, com o passar do tempo, as menores empresas vêm suas prateleiras se

abarrotarem de produtos que “bóiam” e suas máquinas pararem, criando uma certa capacidade ociosa dos parques produtivos.

Essa tendência seria pior se não houvesse, de tempos em tempos, algum tipo de alívio. Nos fins de ano, por exemplo, o 13º salário dos trabalhadores funciona como uma válvula de escape para os empresários que, normalmente, conseguem “desovar” parte dos estoques encalhados para reiniciar a produção. Até o dia 29 de novembro, com o pagamento de 50% do 13º salário, os trabalhadores brasileiros receberão cerca de R\$ 16 bilhões que, após o resgate das muitas dívidas acumuladas, liberarão parte da sua “demanda reprimida”, animando o mercado. Os beneficiários do 13º salário - assalariados e aposentados - em princípio, são pessoas de pequenas posses, apresentando, conseqüentemente, elevada propensão ao consumo. Isso significa, em outras palavras, que, em comparação com os ricos, os pobres gastam um maior percentual daquilo que recebem. Por isso, as suas rendas apresentam maior “efeito multiplicador” no funcionamento do mercado. Assim, o efeito do dinheiro injetado no bolso dos assalariados e pensionistas tem grande reflexo no mercado. Ou seja, o impacto dos R\$ 16 bilhões recebidos pelos “pobres” no mercado é bem maior do que essa cifra, pois o dinheiro passa por muitas mãos.

Com a elevação do consumo todos se alegram. Se alegra a dona-de-casa que compra uma geladeira nova, se alegra o balconista, se alegra o comerciante, se alegra o transportador, se alegra o operário, se alegra o fabricante. O efeito das medidas que elevam o poder aquisitivo da população é a redução dos estoques e a retomada da produção com conseqüente elevação do nível de emprego.

Infelizmente, no Brasil esse fenômeno é transitório pois não existe a menor preocupação do governo FHC em elevar de fato o poder aquisitivo do trabalhador brasileiro. Depois de gastarem o 13º, as pessoas voltaram a deixar de comprar, incrementando sua “demanda reprimida”. Nessa esteira, nas lojas as prateleiras voltam a se encher com produtos que “bóiam” e, nas fábricas, as máquinas voltam a parar. É um quadro que não interessa aos empresários, que deixam de *faturar*, nem aos operários, que perdem os empregos. Enquanto o governo cuidar exclusivamente dos aspectos financeiros da economia, para enriquecer os já ricos, esquecendo dos seus aspectos reais, não podemos esperar grande coisa dos planejadores econômicos.

Mesmo no curso de um modelo liberal é possível a conquista de um regime aceitável socialmente, desde que o poder aquisitivo da população em geral seja fortalecido e todos, rigorosamente todos, possam participar do mercado. Se isso não acontecer, os planos não passam de nhém-nhém-nhém e de nada valerão mil Planos Reais “bem sucedidos”, pois a população continuará a padecer desemprego, fome e miséria.